

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: CVM pede que Petrobras refaça balanços por causa de 'hedge'	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: A regra não é clara	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Com menos chuva, termoeletricas devem ser acionadas	4
Título: O ajuste de pessoal nas estatais	5
Título: CVM põe em dúvida balanços da Petrobrás	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Samarco no aquecimento	7
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Puxado pela indústria, consumo de energia já dá sinais de recuperação	8
Título: Custo deve subir com falta de chuva e volta de térmicas	9
Título: CVM exige novo balanço da Petrobras	10
Título: Enel Rio e Aneel divergem sobre aditivo contratual	11
Título: Mineradoras estão otimistas com 2017	13
Título: Petrobras aguarda TCU para vender seus ativos na Colômbia e Paraguai	15
Título: Yara confirma interesse em ativos da Petrobras	16
Título: Petróleo tem maior queda em 1 ano e afeta mercado acionário	18
Título: Destaques	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / Rennan Setti****Título: CVM pede que Petrobras refaça balanços por causa de 'hedge'**

Com isso, estatal pagaria dividendos. Companhia defende prática

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quer que a Petrobras refaça e reapresente suas demonstrações financeiras anuais completas de 2013, 2014 e 2015, e as trimestrais de 2016, a fim de estornar efeitos contábeis decorrentes da prática de contabilização de hedge (proteção cambial). A estatal foi notificada no último dia 3, mas só divulgou essa informação na noite de terça-feira. O diretor financeiro da Petrobras, Ivan Monteiro, ressaltou ontem que a decisão da CVM não é definitiva, pois vem da área técnica do órgão. Ele explicou que a Petrobras vai recorrer, apresentando recurso dentro do prazo de 15 dias úteis, contado a partir da notificação. Analistas de bancos estimam que, se a estatal tiver de refazer seus balanços, haveria mudança em seus resultados.

Com isso, ela seria obrigada a distribuir dividendos bilionários para os detentores de papéis preferenciais (PN, sem direito a voto) e ordinários (ON, com voto). “Se a recomendação da CVM prevalecer (...), isso vai levar provavelmente ao registro de lucros em 2016”, escreveu o analista Diogo Mendes, do Itaú BBA. “O potencial de ganhos da Petrobras para o ano fechado de 2016 (...) seria de R\$ 18,5 bilhões (...), levando ao pagamento de R\$ 4,6 bilhões de dividendos.” De acordo com Mendes, as ações PN tendem a passar a valer mais que as ON, ao contrário do que ocorre hoje, já que têm vantagem no recebimento de dividendos. Já o Bradesco BBI estima um lucro líquido de R\$ 28 bilhões em 2016 com a mudança, o que geraria um pagamento de R\$ 8 bilhões em dividendos. O diretor financeiro da Petrobras, no entanto, assegura que os balanços estão corretos. — A companhia fez uma solicitação de recurso junto ao órgão regulador porque tivemos uma decisão da área técnica, que não é a decisão final da CVM. Seu colegiado ainda não se manifestou — afirmou Monteiro.

Ele afirmou que a companhia tem plena convicção de que está correta em suas práticas contábeis relativas ao hedge, nunca tendo sido questionada por qualquer órgão regulador, no Brasil e no exterior. A Petrobras divulga seus resultados de 2016 no próximo dia 21. — Todos os balanços divulgados desde que a companhia anunciou a utilização da prática de hedge accounting foram auditados, todos sem nenhuma ressalva — disse Monteiro, lembrando que a Petrobras também presta contas a reguladores internacionais, como a Securities and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos.

EMPRESA ESTÁ CORRETA, DIZ PROFESSOR

A Petrobras adotou essa prática contábil com o objetivo de proteger a receita oriunda das exportações de petróleo e derivados, explicou Monteiro. Mendes, do Itaú BBA, ressaltou que essa prática é comum entre empresas exportadoras. E citou como exemplos Braskem, BRF e Ambev. O diretor financeiro da Petrobras não quis comentar as projeções feitas pelos bancos: — Nada acontece no patrimônio, nada acontece com a alavancagem. É simplesmente uma forma mais correta de refletir a realidade econômica da Petrobras. Segundo Monteiro, a Petrobras solicitou à CVM que aguardasse a decisão final do colegiado, ou seja, até depois da análise do recurso.

A estatal também tentou suspender a publicação da decisão até que houvesse uma decisão definitiva da autarquia, alegando que a informação poderia impactar o seu processo de reestruturação, mas o pedido não foi acatado pela CVM. Para o ex-diretor da CVM e professor de Contabilidade na USP Eliseu Martins, que participou da elaboração das normas sobre a prática contábil do hedge pelas empresas, a Petrobras está correta. Ele explicou que o mecanismo visa a proteger da volatilidade do câmbio: — O mais relevante é se a Petrobras cumpriu todas as normas ou não. Já analisei esse assunto há um ano, e minha opinião é que está correta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: A regra não é clara**

O corpo técnico da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) determinou que a Petrobras deve refazer suas demonstrações financeiras de 2013, 2014 e 2015.

O órgão considera que a estatal não usou de forma apropriada um artifício que permite calcular para menos a dívida em moeda estrangeira, caso parte das receitas venha de exportações.

Essa regra à qual a Petrobras recorreu vale aqui no Brasil desde 2010.

Não é comum, nem mesmo entre empresas exportadoras, o emprego desse engenho, afirma o presidente da Fipecafi, Eliseu Martins.

"A Brasken e a CSN usam o mecanismo. Ele dá trabalho, pois as normas exigem rigor para comprovar que vão haver as exportações e, depois, é preciso verificar se, de fato, os valores foram recuperados [com vendas]."

Fora do Brasil, diz, a tática contábil é rara pois a oscilação cambial não é intensa.

Próximos passos

Técnicos da CVM reprovaram demonstrações financeiras da Petrobras de 2013, 2014 e 2015

Estatual discorda e tem a opção de apresentar informações complementares

Se os técnicos da CVM não se satisfizerem com os novos dados, o caso é enviado ao colegiado do órgão

Mesmo se for derrotada nessa instância, a empresa pode procurar justiça

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Com menos chuva, termoeletricas devem ser acionadas

O governo já reconhece que será necessário acionar mais usinas termoeletricas neste ano. Embora não haja risco de desabastecimento de energia, a previsão de chuvas para os próximos meses não é favorável e deve levar ao uso de mais térmicas, que produzem energia mais poluente e cara. As informações constam de nota divulgada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão presidido pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Segundo o comunicado, o risco de déficit de energia neste ano continua inalterado em 0,3% no Sudeste e Centro-Oeste e em zero no Nordeste. “Entretanto, apesar de assegurado o abastecimento de energia para o ano de 2017, as condições hidrológicas desfavoráveis deverão levar a despachos térmicos mais volumosos, significando um aumento no custo da operação do sistema”, diz a nota. De acordo com o documento, não há previsão de grande volume de chuvas nas principais bacias do País nos próximos 30 dias, o que deve comprometer a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas às vésperas do início do período seco, entre maio e novembro.

No Nordeste, a previsão também é ruim para os próximos três meses. Para o subsistema Sudeste/ Centro-Oeste, o CMSE prevê que os reservatórios atinjam entre 9% e 33,2% de sua capacidade no fim de novembro, condição “bastante dependente das condições hidrológicas do subsistema Sul”. Isso significa que o suprimento da região vai depender de energia produzida pelas hidrelétricas do Sul. Em fevereiro, as chuvas ficaram abaixo da média história em todas as regiões, exceto no Sul, onde atingiram 102% da média. No Norte, ficaram em 77%; no Sudeste/Centro-Oeste, 71%; e no Nordeste, 33%. Com isso, o nível dos

reservatórios atingiu 51,7% de sua capacidade no Sul, 47,4% no Norte, 40,3% no Sudeste/ Centro-Oeste e 20% no Nordeste. A previsão, para o fim de março, é que o nível dos reservatórios atinja 65,8% de sua capacidade no Norte, 49,6% no Sul, 45,9% no Sudeste/Centro-Oeste e 23,1% no Nordeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: O ajuste de pessoal nas estatais

Depois de ter tomado as providências necessárias para promover reformas na administração direta com o objetivo de cortar gastos com folha de pagamento, para ajustar as contas públicas, a partir do final do ano passado o governo federal começou a fazer o mesmo na administração indireta, pedindo à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento que estimule a adoção de planos de demissão voluntária (PDVs) e programas de aposentadoria incentivada para enxugar seus quadros de pessoal e racionalizar estruturas organizacionais. Entre suas atribuições, cabe à Sest avaliar a situação das estatais, os gastos de cada plano e o tempo de retorno de seus custos.

Entre as empresas, destacam-se Banco do Brasil, BB Tecnologia e Serviços, Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Companhia de Pesquisa em Recursos Minerais (CPRM). Uma das empresas mais inchadas é a Infraero. Levantamento divulgado recentemente pelo Tribunal de Contas da União (TCU), comparando a Infraero e a Aena, a operadora de aeroportos da Espanha, dá a dimensão do inchaço do quadro de pessoal da estatal brasileira. A empresa espanhola, que movimenta quase o dobro de passageiros do que a brasileira, tem 31% menos funcionários nos setores administrativos e nos centros de suporte.

Segundo balanço publicado pelo jornal Valor, os planos de demissão voluntária e aposentadoria antecipada mais ambiciosos são os da Petrobrás, onde o órgão estima que eles devam ter adesão de cerca de 11,5 mil funcionários. Na Caixa Econômica Federal, a estimativa de seus diretores e da cúpula da Sest é de que a adesão chegue a 10 mil bancários – e, para alcançá-la, a instituição teve de incluir no pacote a manutenção do plano de saúde para titulares e dependentes.

Apesar dessa estratégia ainda estar em andamento e de algumas estatais terem se atrasado na implementação de seus PDVs, a Sest estima que pelo menos 49 mil trabalhadores da administração indireta deverão sair por vontade própria. O cálculo do Valor leva em conta o pessoal que já se desligou e a expectativa de novas adesões. Nos Correios, que têm cerca de 117,4 mil funcionários, os planos

de aposentadoria antecipada e demissão voluntária ainda estão em andamento. O mesmo ocorre na Caixa Econômica Federal, que tem 100 mil bancários em atividade e almeja uma economia anual de R\$ 1,8 bilhão com as demissões, a partir do próximo ano.

Já a Infraero, que privatizará quatro aeroportos no próximo mês e sabe que terá dificuldades para realocar 1,1 mil funcionários neles lotados, pretende recuperar em um ano e meio os valores gastos com as indenizações. Na Eletrobrás, onde a estimativa é de que 5 mil servidores peçam demissão, os planos ainda dependem de autorização da Sest para serem anunciados aos servidores. Algumas estatais estão bancando os PDVs e programas de aposentadoria incentivada com recursos próprios. Em outras, as indenizações estão sendo pagas com dinheiro transferido diretamente do orçamento do Tesouro Nacional.

O que está levando muitos funcionários graduados de empresas estatais a abrir mão de vencimentos polpudos, além da segurança no emprego, são a consciência de que os tempos áureos de generosidade salarial na administração indireta já ficaram para trás e os benefícios oferecidos nos planos. Em algumas estatais, eles são tão altos que asseguram aos aderentes dos PDVs e planos de aposentadoria antecipada os recursos financeiros de que necessitam para abrir negócios próprios. No Banco do Brasil, por exemplo, que anunciou o fechamento de 402 agências físicas este ano, substituindo suas atividades por agências digitais, foram oferecidos 14 salários adicionais como recompensa para quem aderisse ao plano de aposentadoria antecipada.

Durante décadas, o poder público converteu as estatais em cabides de emprego e pouco se preocupou em dotá-las de uma estrutura organizacional enxuta e eficiente. Esse cenário parece estar mudando.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Karin Sato

Título: CVM põe em dúvida balanços da Petrobrás

Regulador do mercado questiona práticas da empresa para proteger as exportações da variação cambial; estatal diz que não há irregularidade

A Petrobrás está na mira da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que questiona as práticas contábeis da empresa para proteger suas exportações de variações do real frente ao dólar, operação conhecida tecnicamente como contabilidade de hedge. A petroleira tem até o dia 18 para se defender. Caso não convença o órgão regulador do mercado financeiro, será obrigada a refazer todos seus balanços financeiros desde 2013. Até que a CVM apresente definitivamente

uma posição, nada será alterado, segundo o diretor Financeiro da companhia, Ivan Monteiro. Em teleconferência, ele garantiu que o resultado de 2016 será divulgado no dia 21 deste mês, como estava previsto, e que a mesma prática de hedge será adotada no cálculo desse resultado.

A estatal e CVM divergem sobre o perfil exportador da estatal. Os técnicos da autarquia sugerem que o que seria uma proteção para vendas ao exterior são, na verdade, um mecanismo para blindar a empresa de ver a sua dívida disparar toda vez que o dólar subir em relação ao real. Mas, contrariando a CVM, Monteiro diz que as “exportações estão acontecendo e vão continuar acontecendo no futuro”. Ele garante ainda que, independentemente do que a autarquia decidir, o patrimônio da empresa não será alterado. O diretor passou o dia de ontem reunido com sua equipe jurídica para preparar uma “robusta argumentação” a cada um dos pontos levantados pelo órgãos regulador.

Em ofício, o corpo técnico da autarquia chegou a sugerir que a estatal inflou os lucros de 2013 e reduziu prejuízos de 2014 e 2015. Sigilo. Na última sexta-feira, a Petrobrás recorreu à CVM pedindo sigilo dos andamentos do processo para evitar que a imagem e a reestruturação interna da companhia fossem prejudicadas. A petroleira mencionou reflexos negativos em mercados financeiros de outros países onde também negocia ações. Apesar dos apelos, teve o pleito negado, o que foi interpretado como derrota por especialistas consultados pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Em sua fala, Monteiro fez questão de ressaltar que a discussão de prática contábil não pode ser confundida com todo episódio envolvendo o registro de pagamento de propina na Lava Jato. No mercado financeiro, a notícia, somada à forte queda do preço do petróleo no mercado internacional, gerou instabilidade nas ações da empresa ontem. Os papéis preferenciais fecharam em queda de 4,15% e as ordinários, de 6,17%. Com uma possível mudança na política de proteção cambial, a empresa poderá pagar dividendos, apontaram analistas financeiros em relatórios aos clientes. O Itaú BBA estima que a empresa poderá lucrar R\$ 18,5 bilhões em 2016, em caso de mudanças na prática contábil. Mas a maioria dos bancos demonstrou pouca preocupação com os questionamentos da CVM.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / Curtas

Autor: Denise Rothenburgo

Título: Samarco no aquecimento

O presidente da Samarco, Roberto Carvalho, apresenta hoje ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o plano de retomada das operações da empresa, paralisadas desde o rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015.

Carvalho tem em mãos um estudo da Tendências Consultoria que alerta para os riscos de redução dos empregos na região se a paralisação persistir. E tudo o que o governo não quer é perder mais empregos no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Puxado pela indústria, consumo de energia já dá sinais de recuperação

O consumo de energia tem demonstrado indícios de recuperação neste início de 2017, principalmente na indústria e nos consumidores do mercado livre. A demanda no segmento residencial, porém, deve levar um tempo maior para se concretizar. Enquanto ainda é cedo para falar de retomada de crescimento na demanda - principalmente no mercado cativo, das distribuidoras -, dados publicados recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicam pelo menos um indício de recuperação da atividade econômica e no consumo de energia.

Segundo Ricardo Savoia, diretor da consultoria Thymos Energia, há expectativa de leve recuperação no consumo de alguns segmentos eletrointensivos, como de produção de aço, laminados e ferroligas, refletindo a melhora na conjuntura internacional. Isso ajuda a explicar o comportamento do consumo de energia nesse início de ano. O consumo de energia pela indústria cresceu 4,4% em janeiro na comparação anual segundo a EPE. A maior alta foi no segmento têxtil, de 20,4%, seguido pelo setor automotivo, com 15,1%, e pelo de borracha e material plástico, de 8,1%. "O resultado do consumo industrial de eletricidade talvez aponte uma possível transição gradual de estabilização da economia, embora sinais mais consistentes precisem ser observados para se afirmar isso", diz o documento da EPE. No acumulado em 12 meses, porém, o desempenho do consumo de energia na indústria continua ruim, com queda de 1,7%. "Ainda estamos em um cenário de expectativa da recuperação da economia. O que vai dizer mesmo se haverá melhora significativa vai ser o desempenho do consumo de energia nesse primeiro semestre do ano", disse Savoia.

A indústria é a primeira a responder devido ao retorno do uso da capacidade ociosa. "Como o Brasil está, espero eu, saindo de um período de recessão profunda, poderemos ter, principalmente no segmento industrial, uma elasticidade maior no consumo de energia", disse Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. "A indústria foi o setor que mais sofreu com a recessão. Na medida em que a economia se recupera e as máquinas voltam a girar, você tem um aumento maior do consumo. Esse tipo de sinal pode acontecer neste

ano", disse Sales. A notícia, porém, não é necessariamente boa para as distribuidoras em termos de volume de energia distribuída. Devido ao grande número de consumidores enquadrados na categoria de especiais (com consumo de 0,5 MW a 3 MW) migrando para o mercado livre em busca de melhores preços de energia, a tendência no mercado cativo continua sendo de queda. Além disso, o consumo de energia nos segmentos residencial e comercial demora mais para voltar, uma vez que a sociedade foi fortemente atingida pela crise, com o aumento do desemprego e diminuição da renda. Savoia destaca ainda fatores como o acionamento da bandeira amarela em março, que encareceu a conta de luz do consumidor no mercado cativo e pode incentivar a adoção de novos esforços na economia de energia. O consumo de energia no país permaneceu em queda no mercado cativo em janeiro, quando houve retração de 4,2%. Já o mercado livre, impulsionado pela migração de consumidores especiais, registrou alta de 25,6% no mesmo período. O mesmo tipo de comportamento foi identificado pela CCEE, que mediu o comportamento do consumo de energia no mercado livre por vários segmentos. Em fevereiro, o setor de saneamento, por exemplo, registrou crescimento de 81,7% no consumo no mercado livre. Excluindo o resultado da migração de clientes, a alta seria menor, de 6,7%, mas ainda suficiente para indicar recuperação. No segmento de veículos, o consumo de energia teve alta de 35,9% em fevereiro, e expansão de 5,2% quando excluído o efeito da migração. "O mercado livre cresce porque o cativo decresce. Isso vai gerar um grande problema para as distribuidoras que, pelo modelo até aqui vigente, são as contratantes de longo prazo. Como estão com excesso, e ocorrendo o leilão de desconstrução, podem amargar prejuízos", disse Roberto D'Araujo, consultor da ONG Ilumina, formada por técnicos do setor elétrico. Outro fator que precisa ser levado em conta na análise dos números de consumo do início do ano é a temperatura. Para Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, os números da EPE precisam ser vistos com cautela, devido ao número maior de dias úteis em janeiro de 2017 (22) em relação a janeiro do ano passado (20). "Com isso, parece cedo para comemorar uma retomada mais consistente da economia. O que está se verificando no momento, em termos de atividade econômica é o aumento da produção em setores bem localizados e ainda sem previsão de uma retomada imediata de um crescimento mais consistente", disse Castro. De acordo com Renato Queiroz, pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE), da UFRJ, ainda é cedo para afirmar que há uma retomada firme. "O calor tem sido forte, com altas temperaturas em muitas regiões no Brasil. E o uso do ar condicionado tem sido intenso", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Custo deve subir com falta de chuva e volta de térmicas

O risco de déficit no abastecimento de energia deste ano continua sendo zero, mas as condições hidrológicas desfavoráveis devem aumentar o custo da energia ao longo de 2017, devido ao despacho de termelétricas mais caras, diz a nota do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), cujos representantes se reuniram ontem à tarde. Segundo a análise apresentada pelo comitê, o risco de déficit de energia é de 0,3% e 0% nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente, considerando a configuração do programa mensal da operação (PMO) do mês de março.

"Entretanto, apesar de assegurado o abastecimento de energia para o ano de 2017, as condições hidrológicas desfavoráveis deverão levar a despachos térmicos mais volumosos, significando um aumento no custo da operação do sistema", diz a nota. As previsões meteorológicas não indicam situações de "alto potencial pluviométrico" nos próximos 30 dias nas principais bacias do sistema. Ou seja, não há expectativa de grandes chuvas que possibilitem uma recuperação dos reservatórios das usinas. No Nordeste, a situação hídrica continua preocupante. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresentou simulações de expectativa de armazenamento nas hidrelétricas Três Marias, Sobradinho e Itaparica ao longo do período seco e sugeriu recomendar aos órgãos competentes a adoção de um patamar de defluência inferior aos 700 metros cúbicos por segundo a partir de Sobradinho, para preservação dos estoques e garantir a segurança hídrica da região. As simulações do ONS serão apresentadas na próxima reunião de acompanhamento da operação dos reservatórios do São Francisco, coordenadas pela Agência Nacional de Águas (ANA). O CMSE destacou ainda que o atendimento energético no Nordeste está garantido a partir de outras fontes de geração e pela ligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN). Em fevereiro, as afluências medidas representaram 33% da média histórica no Nordeste. No fim do mês, os reservatórios das usinas dessa região estavam com 20% das suas capacidades máximas. O CMSE é composto por representantes do Ministério de Minas e Energia, ONS, Aneel, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, André Ramalho, Fernando Torres e Graziella Valenti

Título: CVM exige novo balanço da Petrobras

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou que a Petrobras refaça e republique os balanços de 2013 a 2015. A estatal vai recorrer ao colegiado da xerife de mercado para tentar reverter a definição. O debate é a contabilidade de hedge cambial - a proteção para variações da moeda - adota pela empresa. Desde 2013, a Petrobras usa seus contratos de exportação de

petróleo para contrapor o efeito negativo da alta do dólar sobre sua dívida em moeda estrangeira. De forma simplificada, o que a empresa faz é diferir no tempo o efeito que a alta do dólar provoca na correção da dívida, até que esse impacto seja compensando por exportações maiores. Há previsão nas normas contábeis para essa prática. O que está em causa é se elas poderiam ou não ser adotadas pela estatal.

Caso aplicada, a decisão faria o prejuízo líquido acumulado pela Petrobras de 2013 até setembro de 2016 aumentar de R\$ 50 bilhões para R\$ 76 bilhões. Isoladamente, a reversão da prática usada pela empresa faria com que o prejuízo de 2016 de R\$ 15,8 bilhões, de janeiro a setembro, se transformasse em lucro de R\$ 16,4 bilhões. Nesse caso, se o colegiado da CVM mantiver o entendimento da área técnica, o debate consequente seria sobre dividendos. Há três anos sem dar lucro, a companhia não está distribuindo proventos aos acionistas e poderia ter de voltar a fazê-lo neste ano. Quando questionado em teleconferência a jornalistas, o diretor financeiro da empresa, Ivan Monteiro, se recusou a fazer conjecturas, com a alegação de que existe efeito suspensivo sobre a decisão da área técnica, por não ser definitiva, e confiante na reversão da medida pelo colegiado da autarquia. Monteiro disse que a companhia tem "plena convicção" sobre sua prática de contabilidade de hedge. Segundo ele, a empresa está preparando o recurso à CVM. O prazo para apresentação é de 15 dias a partir de 3 de março, quando foi recebido o ofício da autarquia. A estatal anunciou ainda que publicará o balanço do quarto trimestre de 2016 no próximo dia 21, sem mudança nas práticas. A xerife do mercado começou a averiguar este item da contabilidade da Petrobras ainda em 2013, tão logo a prática foi adotada. No ano passado, o ex-conselheiro da estatal, Mauro Rodrigues da Cunha, levou queixa à autarquia sobre isso, que foi somada à análise já em andamento. A alegação principal apresentada é que a regra não poderia ser usada porque a Petrobras é importadora líquida - ou seja, mais importa do que exporta, em valores. Assim, na prática, o efeito cambial é duplo e na mesma direção para a companhia. A decisão da área técnica da CVM é longa e não contém a questão sobre importadora ou exportadora líquida como único argumento. Há diversos pontos técnicos e bastante específicos em debate e de difícil avaliação para quem está fora - da autarquia e da companhia - sem todas as informações e registros da empresa. Quando levou o tema ao regulador, Cunha afirmou que a contabilidade de hedge da Petrobras é o oposto do retrato verdadeiro e justo da realidade, pilar dos princípios do IFRS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Enel Rio e Aneel divergem sobre aditivo contratual

Representantes da Enel Distribuição Rio (nome atual da Ampla Energia) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devem voltar a se reunir entre o fim desta semana e o início da próxima para discutir os termos do aditivo do contrato de concessão da distribuidora, controlada pelo grupo italiano Enel e que atende parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. O Valor apurou que a falta de um consenso sobre o assunto foi o que motivou a retirada do item da pauta de reunião da diretoria da autarquia na terça-feira. O principal ponto em discussão entre as partes é com relação às novas exigências de qualidade de serviço, como índices de perdas e de continuidade do fornecimento de energia, principalmente em regiões críticas, dominadas pelo tráfico de drogas, e às condições financeiras, reconhecidas em tarifa, necessárias para alcançar esses indicadores.

Em termos técnicos, apurou o Valor, a Enel propõe que a Aneel modifique o modelo de complexidade social adotado no processo de revisão tarifária da elétrica. Na prática, a companhia quer que a agência dê a ela tratamento semelhante ao praticado para a Light, distribuidora que atende a capital do Estado do Rio e também parte da Baixada Fluminense. Na terça-feira, a diretoria da Aneel aprovou a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão da Light. No caso, a autarquia acatou o pleito da distribuidora de flexibilização de metas de continuidade do fornecimento de energia e de perdas não-técnicas (furto e fraude de energia), assim como a antecipação da revisão tarifária da empresa de novembro de 2018 para março de 2017. Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, assim como a Light, a área de concessão da Enel Rio também sofre com o domínio do tráfico em algumas regiões, principalmente porque muitos criminosos migraram para a área de concessão da Enel Rio, depois da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na capital fluminense. Nas áreas críticas da Enel Rio, o índice de perdas chega a 80%. Nessas áreas, o prejuízo da companhia com o furto de energia alcança R\$ 100 milhões por ano. Em documento apresentado em audiência pública sobre o tema, o Instituto Acende Brasil destacou que, entre 2010 e 2013, o número de registros de ocorrências de atos de violência nos municípios de São Gonçalo, Niterói, Magé, Itaboraí e Duque de Caixas (que respondem por grande parte da área de concessão da Enel Rio) cresceu 83,5%. Ainda segundo a fonte, o problema na área de concessão da Enel Rio não é falta de investimentos, mas a dificuldade da empresa em ter acesso a áreas onde não há garantia de segurança pelo poder público. Em 2016, a companhia investiu R\$ 920 milhões, 14,5% a mais do que o desembolsado no ano anterior. "Esse problema [de segurança pública] não é do setor elétrico. A Aneel também não tem condições de resolvê-lo. O mais grave é que não vemos como essa situação possa ser solucionada em curto prazo, infelizmente, quando olhamos a situação [financeira] do Estado do Rio", afirmou a fonte. Em nota ao Valor, a Aneel informou que o tema deverá voltar à pauta na próxima reunião da diretoria, no dia 14, quando será manifestada a posição da

agência sobre os pontos discutidos na audiência pública sobre o assunto. A Enel Rio não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Mineradoras estão otimistas com 2017

A recuperação dos preços das commodities industriais ajudou as principais mineradoras e negociadoras de matérias-primas a melhorarem seu resultado e sua estrutura de capital durante o ano passado. Agora, as companhias acreditam que haverá arrefecimento no mercado internacional, mas ainda apostam em cotações elevadas para continuarem a embolsar os ganhos depois de dois anos de baixa. No geral, as mineradoras estão mais otimistas do que analistas quanto aos preços e têm motivos para aguardar isso. O Valor compilou os balanços de Vale, Rio Tinto, BHP Billiton, Fortescue Metals, Anglo American e Glencore, que registraram lucro líquido conjunto de US\$ 7,08 bilhões no ano passado, ante perdas de US\$ 31,3 bilhões em 2015, causadas em grande parte por baixas contábeis.

O resultado das mineradoras melhorou em 2016 com, além do aumento nas receitas, cortes de custos e de despesas financeiras. A receita líquida cresceu 2,1%, para US\$ 276,61 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado subiu 17%, para US\$ 58,91 bilhões. A margem sobre esse indicador foi de 18,6% para 21,3%. Ao mesmo tempo, as empresas endureceram a disciplina sobre a estrutura de capital e a dívida líquida conjunta caiu 19,2%, para US\$ 88,77 bilhões. A alavancagem, medida pela relação entre endividamento líquido e Ebitda - ou em quantos anos as empresas conseguiriam honrar as obrigações só com seu caixa e o que é gerado nas operações -, foi de 2,2 vezes para 1,5 vez. O setor também reduziu drasticamente o ritmo de investimentos, com baixa de 34,9% para US\$ 21,3 bilhões. A previsão em 2017 é de US\$ 22 bilhões. Os números estão longe do que já foram nos tempos áureos do superciclo das commodities, puxado pela demanda da China. Mesmo frente a 2014, quando se iniciou a queda mais drástica dos preços, há piora. Em 2014, a receita líquida conjunta havia sido de US\$ 391,76 bilhões, com Ebitda de US\$ 84,35 bilhões e lucro de US\$ 18,32 bilhões. A dívida era bem mais alta, de US\$ 112,96 bilhões, mas a alavancagem, menor, em 1,3 vez. No longo prazo, o cenário macroeconômico ainda traz questões estruturais para o crescimento. O insumo que obteve melhor desempenho durante o ano passado foi o minério de ferro, com avanço de 81%. Em 2017 até agora, a commodity acumula valorização de 10,5% e terminou

negociada a US\$ 87,19 por tonelada ontem no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin". A média até agora no ano é de US\$ 85, mas a maior parte do mercado vê viés de baixa. As projeções apontam para US\$ 62 para o produto com pureza de 62% e as instituições financeiras veem patamar entre US\$ 55 e US\$ 60 até dezembro. Para os analistas, a queda vai se acentuar no segundo trimestre. A maior produtora do mundo de minério, a Vale, é a que aposta mais alto na cotação da matéria-prima durante 2017. De acordo com Peter Poppinga, diretor da área de ferrosos da Vale, os preços do minério serão significativamente maiores em 2017 do que foram no ano passado. O executivo acredita em nível pelo menos acima de US\$ 70 na média anual - podendo ultrapassar até os US\$ 80. Para ele, a demanda por aço está "nitidamente" maior até agora, enquanto a oferta surpreende para baixo ante o que se esperava. A anglo-australiana Rio Tinto, segunda maior produtora, não vê espaço para quedas brutais. A companhia já chegou a declarar que a tendência não é de um colapso porque os fundamentos macroeconômicos da China, maior compradora global, seguem fortes. Além disso, a demanda por produtos de maior qualidade, como os que a empresa e sua concorrente Vale exportam, está se sustentando. Essa procura por um minério mais puro e que garante mais rentabilidade às siderúrgicas foi eleita por analistas - todos pegos no contrapé com a disparada do minério - como um dos grandes motivos pela alta até agora. Das três maiores do mundo, a terceira, a também anglo-australiana BHP Billiton, é a mais conservadora nas projeções. A companhia afirmou que o repique de preços do minério deve arrefecer no curto prazo. Os motivos citados foram um crescimento mais moderado da procura chinesa, os estoques em portos do país atingindo recordes e a oferta de baixo custo a entrar no mercado em breve, com o S11D, da Vale. Mas há um potencial problema que vem com a melhora nos balanços. Para a casa de análise de dívida CreditSights, os setores de mineração e metais voltaram a ter um risco histórico: investir. Segundo os analistas Wen Li e Mark Cheok, as empresas parecem ter desacelerado o processo de redução da alavancagem e enxugamento de operações. Entre as 24 companhias que a instituição cobre, expectativa é de geração de fluxo de caixa livre em US\$ 700 bilhões durante 2017. No ano passado, foram US\$ 500 bilhões, e no anterior, apenas algo em torno de US\$ 110 bilhões. Mas, apesar da perspectiva melhor, por conta das iniciativas recentes de eficiência operacional e financeira aliadas à alta dos preços, a CreditSights crê que o cenário macroeconômico ainda traz questões estruturais para o crescimento em longo prazo, entre a desaceleração da China e as dúvidas quanto à política de Donald Trump nos Estados Unidos. "Para esse setor, não necessariamente é o ciclo de queda que destrói valor para o acionista e o credor, mas principalmente a falta de preparação para esse momento", dizem os analistas em relatório. "Há numerosos exemplos de empresas que foram agressivas e fizeram aquisições grandes e alavancadas, ou iniciaram projetos de muitos anos e muitos bilhões de dólares no pico do ciclo e amargaram o desastre quando houve reversão. "Atualmente, é exceção à regra a empresa que continua focando na redução da alavancagem e vendas de ativos, diz. A Vale é uma delas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Murillo Camarotto****Título: Petrobras aguarda TCU para vender seus ativos na Colômbia e Paraguai**

A diretoria da Petrobras aguarda com preocupação um desfecho no Tribunal de Contas da União (TCU) para prosseguir com a venda de seus ativos de distribuição de combustíveis na Colômbia e no Paraguai. Também estão na dependência de uma definição as negociações para a alienação dos campos de Juruá e Azulão, na região amazônica, e de Moromba, que fica na Bacia de Campos (RJ). Esses e outros cinco ativos constam de uma lista de empreendimentos cujos processos de venda não terão que ser reiniciados do zero para atender às exigências do TCU. Em dezembro, a área técnica do órgão apontou uma série de falhas no programa de venda de ativos e convenceu o ministro José Múcio a determinar cautelarmente que a Petrobras não assinasse nenhum novo negócio.

Após um intenso debate interno, o caso voltou para a área técnica, que aceitou liberar o programa desde que os processos de venda sejam reiniciados respeitando as mudanças - que já teriam sido feitas pela Petrobras. As únicas exceções seriam os dez ativos citados na lista, que só precisarão fazer as adequações da fase atual em diante. Como muitos já estão praticamente finalizados, a empresa poderá concluir, enfim, as vendas. É esse o caso da Pecoco, abreviação para Petrobras Colombia Combustibles. De acordo com a estatal, 19 empresas foram convidadas a avaliar o negócio e a melhor oferta foi feita em outubro pela colombiana Terpel, controlada pelo grupo chileno Copec. A empresa, no entanto, desistiu do negócio e a Petrobras avalia agora a segunda e a terceira propostas. O objetivo inicial da Petrobras era vender conjuntamente toda a operação de distribuição na América do Sul, mas decidiu por realizar negócios por país. Além da Colômbia, é o caso do Paraguai, ainda citado no site da estatal como um mercado "estratégico". A oferta dos ativos a potenciais interessados foi encaminhada em novembro e atualmente a empresa está em fase de recebimento das chamadas "propostas vinculantes". Para esse e outros ativos, a direção da Petrobras manifestou preocupação com um eventual cancelamento do processo de venda. Para a estatal, o reinício dos procedimentos reduziria a credibilidade junto ao mercado, podendo afastar investidores. No caso da BR Distribuidora, principal ativo à venda, a paralisação do processo traria "prejuízos irreparáveis" e "teria o condão de reduzir a atratividade do ativo". A lista dos dez projetos "preservados" pelo TCU inclui os campos de gás de Juruá e Azulão, ambos na região amazônica. O primeiro foi descoberto em 1978, mas a

Petrobras nunca conseguiu torná-lo rentável. Foram analisadas a construção de uma termelétrica ou de um gasoduto, mas nada se mostrou viável. As peculiaridades logísticas da região, bem como o custo para abandono da área e destruição dos poços (US\$ 185 milhões), levaram a estatal a buscar grupos locais para a venda. No caso de Azulão, o plano de desenvolvimento previa início da produção em janeiro deste ano, em operação conjunta com uma usina termelétrica. Como a atratividade do projeto foi questionada, a empresa está reavaliando o processo de venda. No caso de Maromba, avaliado em R\$ 280 milhões, já foram realizados três processos competitivos, sendo o primeiro em 2012. Ao todo, 44 empresas foram convidadas. Nos dois primeiros processos, não houve propostas vantajosas para a Petrobras, mas na última rodada surgiu uma oferta dentro da expectativa, que está sendo avaliada pela direção. A lista de ressalvas feita pela área técnica do TCU, entretanto, ainda não foi aprovada pelo plenário. Segundo o Valor apurou, um ministro irá apresentar uma proposta alternativa, na qual apenas a BR Distribuidora poderá ser incluída no rol de exceções. A leitura é de que a legalidade dos ativos vendidos sob a metodologia antiga poderá ser questionada, inclusive judicialmente. No caso da BR Distribuidora, porém, a avaliação é de que o reinício do processo de venda seria, de fato, aterrador para o negócio. "Reiniciar o processo novamente impactaria a credibilidade da Petrobras junto ao mercado e a própria atratividade do ativo ofertado", esclareceu a empresa ao TCU. As vendas da BR Distribuidora, dos campos em águas rasas no Nordeste, do conjunto de blocos terrestres e dos campos de Baúna e Tartaruga Verde enfrentam problemas na Justiça. Sindicatos de petroleiros obtiveram liminares que bloqueavam a conclusão dos negócios. Há, na empresa, a expectativa de que um desfecho positivo no TCU ajude a derrubar as liminares. O programa de venda de ativos gerou receita de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015-2016, não atingindo a meta de US\$ 15,1 bilhões. Assim, a diferença de US\$ 1,5 bilhão foi acrescida à meta para o biênio 2017-2018, que passou a US\$ 21 bilhões. Procurada, a Petrobras não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas / Agronegócios

Autor: Kauanna Navarro

Título: Yara confirma interesse em ativos da Petrobras

Após perder a corrida pelos ativos de fosfato da Vale Fertilizantes para a americana Mosaic, a multinacional norueguesa Yara segue de olho em aquisições no mercado brasileiro. Em entrevista ao Valor, o presidente da Yara Brasil, Lair Hanzen, afirmou que a companhia quer crescer no país em produção e que os ativos nitrogenados da Petrobras - e mesmo os remanescente da Vale, em Cubatão (SP) -, seguem no radar. "A gente sempre está monitorando. Olhamos os ativos da Petrobras e da Vale há dez anos. Em algum momento, pode ser que haja uma oportunidade que traga os interesses deles junto com os nossos". No

Brasil desde 1977, ainda como Norsk Hydro, a Yara consolidou de vez sua presença no país em 2013, quando comprou o negócio de fertilizantes a americana Bunge. No ano passado, o Brasil representou 30% das 36,2 milhões de toneladas produzidas pela Yara todo o mundo e 25% - ao redor de US\$ 2,9 bilhões - da receita global de US\$ 11,6 bilhões foi originada no país.

"Olhamos o Brasil como um mercado muito importante. É um país que está crescendo mais rápido no mercado de fertilizantes do que o restante do mundo e gostaríamos de participar desse crescimento", disse Leif Teksum, presidente de conselho de administração da Yara Internacional. Nos últimos dez anos, a empresa investiu ao redor de US\$ 2 bilhões no país, destacou. Esse montante inclui o compra de 60% da Galvani, marcando o ingresso da Yara na produção de fosfatos no Brasil. Com grande participação no negócio de distribuição de fertilizantes, a múlti agora quer avançar na produção. "Fazer aquisições em distribuição no Brasil não faz muito sentido para nós. Já temos um tamanho que a gente entende ser adequado", observou Hanzen. Segundo ele, compras de unidades de mistura podem ocorrer, mas de maneira pontual. "A gente pode eventualmente fazer aquisições regionais, como fizemos em Goiás no ano passado como alternativa a construir nova unidade", disse. Um possível crescimento em produção passaria, necessariamente, pelos ativos de fertilizantes nitrogenados da Vale e da Petrobras. "O que sobra de ativos [de fertilizante] no Brasil é na área de nitrogênio, que são as unidades que estão nas mãos da Vale e da Petrobras. Esses são ativos que a gente como uma empresa global sempre vai estar olhando", afirmou Lair Hanzen.

Sobre os ativos da Vale, em Cubatão (SP), que não fizeram parte das negociações com a Mosaic, Hanzen observou que "o fato de a gente não ter comprado até agora, provavelmente, já diz algo". Segundo ele, "não é o fato de haver um ativo à venda que significa necessariamente que isso faz sentido. Precisa ver se faz sentido na estratégia do Brasil e na estratégia mundial", argumentou. No fim de 2016, os ativos remanescentes da Vale, em Cubatão, estavam avaliados em US\$ 625 milhões. Segundo avaliação de Paulo Macaúbas, da consultoria MaxiQuim, os ativos nitrogenados da Petrobras em Araucária (PR) valem cerca de US\$ 350 milhões, os de Laranjeiras (SE) US\$ 600 milhões, e os de Camaçari (BA), aproximadamente US\$ 500 milhões. Os ativos em construção em Três Lagoas (MS) estão avaliados em cerca de US\$ 700 milhões. O consultor fez uma ressalva em relação à planta de Araucária. Lá, observou, a matéria-prima que a Petrobras usa para produzir a ureia é o resíduo asfáltico, menos competitivo que o gás natural. Ele também ponderou que as unidades da Petrobras de Sergipe e Bahia estão longe do mercado consumidor - Centro-Oeste e Sul do país. Segundo o consultor, a fábrica em construção em Mato Grosso do Sul é a mais atrativa. "É uma planta bem perto do Centro-Oeste, e a logística ali é facilitada. Além disso, pode haver uma conexão para adquirir o gás natural da Bolívia", disse. Em nota, a Petrobras confirmou que as unidades de fertilizantes fazem parte da intenção de

desinvestimento da companhia. Na entrevista ao Valor, o presidente do conselho da Yara Leif Teksum disse que a decisão sobre possíveis novas aquisições passará por uma análise bem criteriosa. "Somos uma empresa muito sólida, mas mesmo assim o investimento tem de provar que dará um bom retorno, e muito dos investimentos que fazemos são de longo prazo", concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Petróleo tem maior queda em 1 ano e afeta mercado acionário

O petróleo reviveu ontem níveis de temores como os vistos no início do ano passado, quando as cotações afundavam em meio ao excesso de oferta global da commodity. Os dois referenciais, o americano WTI e o Brent europeu, encerraram com as maiores quedas percentuais diárias desde 9 de fevereiro de 2016, quando o preço do barril negociava no nível de US\$ 30. Ontem, o WTI para entrega em abril fechou em queda de 5,38% a US\$ 50,28 na New York Mercantile Exchange. O Brent para maio teve recuo de 5% para US\$ 53,11 o barril na ICE Futures Europe.

O tombo do petróleo gerou um efeito dominó para os mercados de risco globais. As ações de energia lideraram as perdas no índice S&P 500, em Nova York, com perdas de 2,56% e mantiveram o indicador no negativo. No Dow Jones, papéis de companhias ligadas à cadeia de óleo e gás amargaram as maiores baixas. As petroleiras Chevron e Exxon Mobil perderam 1,96% e 1,81%. Após ajustes, o Dow Jones fechou em queda de 0,33%, a 20.855,73 pontos. O S&P 500 teve baixa de 0,23%, a 2.362,98 pontos. O Nasdaq destoou dos pares e subiu 0,06%, a 5.837,55 pontos. Os futuros dos Fed Funds, que são um termômetro das apostas do mercado em relação à política monetária americana, passaram a apontar uma probabilidade de 90,8% de elevação dos juros em março ante 81,9% ontem, de acordo com o CME Group.

Após os números de emprego privado nos EUA - que vieram melhor que o esperado, mostrando uma economia mais aquecida -, o dólar reforçou a alta. No fechamento das bolsas de Nova York, o ICE Dollar Index, que acompanha a variação da moeda americana frente a uma cesta de seis divisas, tinha alta de 0,28% a 102,10. O euro apresentava queda de 0,21% a US\$ 1,0541 no fim do dia. O crescimento das expectativas de alta iminente de juros levou os Treasuries a estender a onda de vendas vista ontem. Os títulos do governo americano operaram pela quinta sessão consecutiva com os yields em alta. O rendimento da T-note de 10 anos fechou com avanço a 2,552%, frente a 2,511% do fim do dia anterior. O retorno dos T-bonds de 30 anos subiu para 3,146%, ante 3,110%. Os juros dos papéis de dois anos avançaram a 1,354%, contra 1,329% na mesma

base, no maior nível desde junho de 2009. As bolsas europeias encerraram na maioria em leves altas. O índice pan-europeu Stoxx 600 subindo 0,08% a 372,58 pontos. O DAX, de Frankfurt, avançou 0,01%, a 11.967,31 pontos. O FTSE 100, de Londres, perdeu 0,06%, a 7.334,61 pontos. O CAC 40, de Paris, subiu 0,11%, a 4.960,48 pontos. (Com agências internacionais)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Desapropriação de imóvel

Ao acolher recurso da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) homologou um pedido de desistência de desapropriação e definiu que cabe ao expropriado o ônus da prova quanto à impossibilidade da desistência. Para o autor do voto vencedor (REsp 1368773), ministro Herman Benjamin, a obrigação de provar que o imóvel não está mais em condições de ser utilizado cabe ao expropriado, facultada a possibilidade da proposição de uma ação de perdas e danos no caso de prejuízo sofrido durante o processo de desapropriação. O ministro lembrou que a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de permitir a desistência da desapropriação por parte do poder público, desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem alteração substancial que o impeça de ser utilizado como antes.

MME / ASCOM .